

Discurso na homenagem ao Ministro Mauro Campbell

Edilson de Sousa Silva, TCE-SP, 10 de agosto de
2026.

Cumprimento a Excelentíssima senhora Presidente deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, e, em sua pessoa, todos os meus amigos Conselheiros Renato Martins Costa, Dimas Ramalho, Marco Aurélio Bertaiolli, Maxwell Borges de Moura Vieira, Wagner do Rosário e Carlos Cezar, o Conselheiro Auditor-Substituto Coordenador Alexandre Sarquis e a Procuradora-Geral de Contas Letícia Feres.

Cumprimento com muito carinho o Excelentíssimo Senhor Ministro **Mauro Campbell Marques**, Corregedor Nacional de Justiça, em cuja pessoa saúdo,

com respeito e afeto, todas os demais componentes da mesa e as autoridades presentes nessa solenidade.

Cumprimento, por fim, os Presidentes dos Tribunais de Contas de todo o País, que fizeram questão de participar desta homenagem ao Ministro Mauro Campbell, e os Conselheiros e Conselheiras, Procuradores e procuradoras do MPC, Conselheiros Substitutos e os Auditores de controle externo aqui presentes.

Senhoras e senhores.

Há homenagens que se prestam ao cargo. Há homenagens que se prestam à pessoa. As mais raras — e esta é uma delas — são aquelas em que já não se sabe distinguir uma coisa da outra, porque o homem e a função se explicam mutuamente.

Cícero ensinava que a autoridade não se impõe: reconhece-se. E o que nos reúne aqui não é o protocolo, nem o cerimonial. **É o reconhecimento.**

Falar do Ministro Mauro Campbell Marques exige, portanto, uma advertência inicial: será impossível ser completo. Peço, desde já, o perdão de Vossa Excelência para as omissões — e a paciência dos presentes para o que pretendo dizer.

Toda biografia começa por um lugar. A de Vossa Excelência começa na encantadora cidade de **Manaus**, capital do Amazonas.

Não é detalhe geográfico. É chave de leitura. Quem nasce à beira do maior rio do mundo aprende cedo duas lições que nenhuma faculdade ensina: que a água tem paciência — e que a paciência tem força. Ortega y Gasset dizia que somos nós e a nossa circunstância. A circunstância amazônica não é um acidente na trajetória

do Ministro Mauro: é a sua matriz, a sua medida e, muitas vezes, a sua urgência.

Formado em Ciências Jurídicas, iniciou a vida profissional na advocacia — a escola mais severa de humildade que o Direito oferece, porque é ali que se aprende a pedir antes de se aprender a decidir.

Em 1987, trabalhou um breve período no Tribunal de Contas do Amazonas, o que para nós é motivo de muito orgulho, e, em seguida, tomou posse como Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas com 24 anos de idade.

Um jovem prodígio, dotado de alta inteligência emocional e capacidade de lidar com pessoas e resolver problemas, virou Secretário de Justiça do Estado do Amazonas com 27 anos. Tendo ainda assumido posteriormente outras duas importantes pastas no

Governo daquele estado: Segurança Pública e a Controladoria-Geral.

Em 1999, foi promovido a Procurador de Justiça. E por três vezes — **TRÊS** — seus pares o escolheram Procurador-Geral de Justiça. Digo devagar este ponto, porque ele merece silêncio: **a confiança de uma instituição pode ser conquistada uma vez por talento; duas vezes, por competência; três vezes, apenas por caráter.**

Em 17 de junho de 2008, aos **44 anos**, tornou-se o primeiro amazonense a assumir uma cadeira no Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada ao Ministério Público. Não é apenas um dado estatístico. É a demonstração de que o Brasil, quando quer, sabe encontrar os seus melhores fora dos itinerários habituais — e de que o mérito, quando é verdadeiro, dispensa carta de apresentação.

Desde então, a trajetória se fez em serviço: Corregedor-Geral da Justiça Federal; Ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral; **Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, entre 2021 e 2022, em um dos períodos mais exigentes da história democrática recente do País**; Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; presidente de comissão de juristas instituída pelo Senado da República; e, em 3 de setembro de 2024, Corregedor Nacional de Justiça — indicado pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça e aprovado por **unanimidade** na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Unanimidade. Em um país que se especializou na divergência, essa palavra vale um discurso inteiro e poderia encerrar por aqui.

Corregedor não é ofício que produza gratidão imediata. É função que se exerce, muitas vezes, contra a corrente, e quase sempre sem aplauso. **O corregedor não inaugura obras: ele examina condutas. Não distribui benesses: ele cobra deveres.**

Ao tomar posse, Vossa Excelência foi claro ao afirmar que o juiz deve ser sempre o primeiro garantidor de direitos, atuando com serenidade, isenção e imparcialidade. E foi igualmente claro ao delimitar o alcance da disciplina judiciária: ela se dirige a uma ínfima minoria de magistrados descomprometida com os jurisdicionados — jamais à magistratura brasileira, que é séria, laboriosa e digna.

Nessa frase está toda uma filosofia de comando. Porque há duas formas de errar no exercício do poder correicional: a leniência, que corrói por dentro; e a truculência, que destrói o que pretendia corrigir. Vossa

Excelência escolheu o caminho estreito entre as duas
— **o caminho da firmeza.**

Nesta gestão, a Corregedoria Nacional de Justiça saiu da sede e foi ao país. Inspeções em tribunais e em serventias extrajudiciais deixaram de ser rituais de conferência para se tornarem método de diagnóstico. As políticas públicas passaram a nascer não do gabinete, mas da realidade encontrada e vivida. Sêneca dizia que não há vento favorável para quem não sabe aonde ir. Esta Corregedoria Nacional de Justiça, liderada por Vossa Excelência, soube.

Miguel Reale ensinou-nos que o Direito é fato, valor e norma — e que quem enxerga apenas um dos três vértices não enxerga o Direito, mas apenas a sua sombra. Poucos magistrados brasileiros aplicam essa lição com tanta naturalidade. Nos julgamentos da Primeira Seção e da Segunda Turma do STJ, em

matéria tributária e administrativa — território onde a técnica costuma esconder o humano —, os votos de Vossa Excelência têm essa marca inconfundível: **rigor dogmático a serviço de consequências justas.**

Norberto Bobbio observou que o grande problema do nosso tempo não é justificar os direitos, mas protegê-los. Vossa Excelência transportou essa intuição para o campo da gestão: de nada vale um catálogo generoso de garantias se a estrutura que deveria realizá-las é lenta e desigual. Daí a insistência na transparência, na segurança jurídica, na modernização dos serviços extrajudiciais, na desburocratização do acesso a justiça.

E daí, também, a dedicação à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Porque quem forma juízes escolhe trabalhar por resultados que não verá — e essa é, talvez, a forma mais apurada de generosidade institucional.

Chego, agora, ao ponto mais difícil deste discurso, porque é o que menos se deixa medir.

Como dizia um grande escritor, o essencial é invisível aos olhos. Nos autos, o essencial também costuma ser invisível: **por trás de cada número de processo há um nome, e por trás de cada nome, uma vida à espera.** Vossa Excelência nunca permitiu que a estatística sequestrasse a pessoa. Ao encerrar o Encontro Nacional do Poder Judiciário, lembrou que todos os que atuam na Justiça podem contribuir para torná-la acessível — sobretudo aos mais vulneráveis. Não é retórica de ocasião: é o eixo de uma gestão tão bem conduzida por Vossa Excelência.

E há a Amazônia. Ao assumir a Corregedoria Nacional, Vossa Excelência não falou primeiro de metas, de prazos ou de números. Falou do Brasil que queimava. Falou de proteção, de precaução, de

recomposição dos biomas nacionais. Foi o amazonense falando antes do ministro — e, no entanto, foi exatamente ali que o ministro apareceu por inteiro. Porque **a grandeza de um magistrado não se mede pelo que ele tem obrigação de julgar, mas pelo que ele não consegue deixar de ver.**

O poeta Thiago de Mello, seu conterrâneo, escreveu na Amazônia os seus “Estatutos do Homem” e cantou, mesmo no escuro, a possibilidade da luz. Vossa Excelência traduziu essa poesia em jurisdição.

Guimarães Rosa dizia que o que a vida quer da gente é coragem. Mas há muitas coragens. A que se admira em Vossa Excelência não é a do gesto espetacular — é a coragem discreta de quem trata o servidor com a mesma atenção que dispensa ao chefe de Poder; de quem escuta antes de concluir; de quem

sabe que a toga não confere superioridade sobre ninguém, apenas responsabilidade diante de todos.

Senhoras e senhores.

Eleito para novas responsabilidades — agora também como Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça para o biênio 2026-2028 —, o Ministro Mauro Campbell nos ensina que a carreira pública, quando bem vivida, não é uma escada: **é uma travessia**. E travessias, sua Excelência sabe melhor do que ninguém, se fazem com o rio, nunca contra ele.

Ministro, Vossa Excelência recebeu de Manaus a paciência das águas; do Ministério Público, o instinto de proteção; da magistratura, a serenidade; da Corregedoria, a firmeza; e de si mesmo — apenas de si mesmo — a humanidade que nada disso ensina.

O Judiciário brasileiro é mais confiável hoje do que era ontem, e uma parte dessa diferença tem

nome e sobrenome: o de Vossa Excelência, Mauro Campbell Marques.

Encerro aqui o meu discurso como presidente da Atricon nessa homenagem formal que lhe concedemos, para abrir um parêntese e falar no meu nome, no nome do Dr. Thiago Pinheiro Lima, do Dr. Caio Marinho, da Dra. Vanessa Mateus e da Dra. Ana Lya, que estão aqui presentes, **MUITO OBRIGADO**, Ministro Mauro, pela sua paciência, pelo carinho, pela sabedoria, pelos conselhos e pela honestidade demonstrada em todos os nossos longos encontros nos últimos seis meses.

Vossa Excelência não foi somente o líder, foi o farol e o comandante que conduziu a nossa embarcação durante a tempestade. E nós, Eu, Thiago, Caio, Vanessa, Ana Lya e o Tarcisio, que não pode está presente, seremos testemunhos vivos da sua obra por todo o sempre.

Que a homenagem de agora não soe como conclusão. Soe como o que verdadeiramente é: **um agradecimento no meio da travessia.**

Muito obrigado.